

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.899 - SP (2013/0067545-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : RICARDO NELSO MONSALVE - ESPÓLIO
REPR. POR : LILIA ELISABETH MONSALVE - INVENTARIANTE
RECORRENTE : UBIRATAN RODRIGUES BRAGA
RECORRENTE : UBIRAJARA RODRIGUES BRAGA
ADVOGADO : RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO - SP205353
ADVOGADOS : MARINA STELLA DE BARROS MONTEIRO - SP230474
PAULO FERREIRA BRANDÃO - SP196342
RECORRIDO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR E OUTRO(S) - SP247319
AGRAVADO : RICARDO NELSO MONSALVE - ESPÓLIO
REPR. POR : LILIA ELISABETH MONSALVE - INVENTARIANTE
AGRAVADO : UBIRAJARA RODRIGUES BRAGA
AGRAVADO : UBIRATAN RODRIGUES BRAGA
ADVOGADO : RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO - SP205353
ADVOGADOS : MARINA STELLA DE BARROS MONTEIRO - SP230474
PAULO FERREIRA BRANDÃO - SP196342

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por RICARDO NELSO MONSALVE - ESPÓLIO E OUTROS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravamento Regimental - Ação Rescisória - Decisão que determinou que o agravante recolhesse as custas no importe de 5% sobre o valor pretendido - Alegação de que não possui condições financeiras para efetuar o recolhimento destas, ante o seu elevado valor.

Inadmissibilidade. Circunstância em que o valor das custas da ação rescisória equivale a 5% sobre o valor do proveito econômico requerido. Precedentes do C. STJ. Pedido alternativo de concessão da gratuidade judiciária. Inadmissibilidade. Ausência da declaração de pobreza, conjugada com o vultoso proveito econômico pretendido pelo recorrente, inviabiliza a concessão da benesse. Nítido intuito de utilização do benefício para evitar o cumprimento do dispositivo processual - AGRAVO DESPROVIDO." (fl. 577)

Embargos de declaração acolhidos parcialmente, apenas para corrigir erro material no tocante à quantia exata do proveito econômico pretendido pelos autores da ação rescisória.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 535 do CPC/73, 1º, 2º, 3º e 4º da Lei n. 1.060/50 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) o Tribunal de origem incorreu em vício de fundamentação, na medida em que (i) ignorou a existência de declaração de pobreza emitida pelos autores para fins de justificar o pedido da gratuidade da justiça e (ii) denegou referido benefício de forma lacônica – isto é, sem justificar por quais razões os autores não teriam direito à isenção do pagamento do depósito então previsto no art. 488, II, do CPC/73 e (b) os autores não possuem condições financeiras suficientes para caucionar o juízo da ação rescisória na importância de 5% do proveito econômico pretendido.

Contrarrazões às fls. 779/811.

É o relatório.

O Tribunal de origem incorreu em vício de fundamentação.

Com efeito, mesmos antes da positivação expressa da matéria no NCPC (art. 99, § 3º), o STJ já entendia que a autodeclaração de hipossuficiência financeira possuía presunção relativa de veracidade, razão pela qual o seu indeferimento requeria (e requer) fundamentação qualificada, exigindo do juiz o exame e a identificação de elementos que infirmem a asserção lançada pela parte postulante da gratuidade da justiça.

Colhe-se da jurisprudência desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de

Justiça.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 820.085/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016)"

Na espécie, o benefício da gratuidade da justiça foi indeferido pelo TJSP nos seguintes termos:

"O pedido alternativo de concessão da gratuidade judiciária deve também ser afastado, eis que, além de vir desacompanhado da necessária declaração de pobreza, é inequívoco o fato de que o autor pretende a concessão da benesse apenas para ser exonerado de cumprir obrigação da lei processual, o que, por certo, desvirtua os fins colimados pelo instituto." (fl. 580)

Destaca-se, ainda no mesmo tema, a expressão empregada pelo Tribunal de origem na ementa do julgado colegiado, segundo a qual o *"vultoso proveito econômico"* pretendido pela parte insurgente, na ação rescisória, também justificaria o indeferimento da isenção das custas do processo.

Diante disso, há ao menos três observações a registrar: i) a leitura da petição inicial (v. fl. 20) permite identificar que os autores declararam sim sua incapacidade de arcar com a caução do juízo rescisório; ii) a afirmação do Tribunal estadual de que o pedido de gratuidade dos autores teria sido formulado *"apenas para ser[em] exonerado[s] de cumprir obrigação da lei processual"* não caracteriza fundamentação suficiente, pois, como dito, havendo presunção relativa de veracidade na declaração da parte, deveria o Juízo de 2º grau ter indicado quais documentos, dados ou informações **dos autos** serviram de base para a sua conclusão; e iii) o simples fato de o proveito econômico pretendido ser significativo, por si só, não permite a aferição do real estado financeiro da parte autora.

Nessas condições, é imperioso reconhecer a nulidade da decisão colegiada de 2º grau, pois o pedido de gratuidade da justiça, formulado pelos autores da ação rescisória, não foi adequadamente apreciado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para declarar nulo o acórdão proferido em sede

Superior Tribunal de Justiça

de embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, onde o pedido de gratuidade da justiça deverá ser novamente examinado.

Ante o resultado da controvérsia, julgo prejudicado o agravo interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator